

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1. Introdução	23
1.1. Constituição: conceito	23
1.2. Constituição: estrutura	26
1.3. Direito Constitucional	27
1.4. Constitucionalismo	27
2. Concepções de Constituição	32
2.1. Introdução	32
2.2. Constituição sob o prisma sociológico	32
2.3. Constituição sob o aspecto político	32
2.4. Constituição em sentido jurídico	33
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados)	34
3. Classificação das Constituições	35
3.1. Quanto à origem	35
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação)	36
3.3. Quanto à forma	39
3.4. Quanto ao modo de elaboração	39
3.5. Quanto à extensão	40
3.6. Quanto ao conteúdo	41
3.7. Quanto à finalidade	42
3.8. Quanto à interpretação	42
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico	43
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática)	44
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática)	45
3.12. Quanto ao sistema	45
3.13. Quanto ao local da decretação	46
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição)	46
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto)	47
3.16. Outras classificações	47
4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais	49
4.1. Introdução	49
4.2. A classificação de José Afonso da Silva	50
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz	52
4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos	52

4.5. Críticas	52
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis	52
5.1. Princípio da supremacia da Constituição	53
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição	53
5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	54
5.4. Princípio da unidade da Constituição	54
5.5. Princípio da força normativa	54
5.6. Princípio do efeito integrador	55
5.7. Princípio da concordância prática ou harmonização	55
5.8. Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva)	55
5.9. Princípio da conformidade funcional ou justeza	56
6. Elementos da Constituição	56
7. Breve histórico das Constituições Brasileiras	57
8. Quadro sinótico	62
9. Questões	72
9.1. Questões objetivas	72
9.2. Questão discursiva	74
Gabarito – questões objetivas	74
Gabarito – questão discursiva	77

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODERES DERIVADOS (DECORRENTE, REFORMADOR E DIFUSO)

1. Introdução	79
2. Natureza do poder constituinte	80
3. Titularidade	81
4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte)	82
5. Espécies	83
6. Características do poder constituinte originário	85
7. Direitos adquiridos e o poder constituinte originário	88
8. O poder constituinte supranacional	89
9. Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional	89
10. Poderes constituídos	90
10.1. Introdução	90

10.2. Espécies	91	14. Quadro sinótico	161
10.2.1. Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente).....	92	15. Questões.....	163
10.2.2. Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais)	95	15.1. Questões objetivas	163
10.2.2.1. Introdução.....	95	15.2. Questão discursiva.....	165
10.2.2.2. Limitações expressas.....	96	Gabarito – questões objetivas	165
10.2.2.3. Limitações implícitas.....	106	Gabarito – questão discursiva.....	168
10.3. Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988	111	CAPÍTULO 5	
10.3.1. A revisão constitucional	111	DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS	171
10.3.2. A mutação constitucional	114	1. Introdução	171
11. Quadro sinótico	115	2. Direito à vida.....	172
12. Questões.....	120	2.1. Introdução	172
12.1. Questões objetivas	120	2.2. Questões controversas	172
Gabarito – questões objetivas	122	2.2.1. Princípio da vida humana	173
CAPÍTULO 3		2.2.2. Aborto.....	174
DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	125	2.2.3. Eutanásia e ortotanásia	176
1. Introdução	125	3. Direito à privacidade.....	177
2. A entrada em vigor de uma nova Constituição.....	125	3.1. Introdução	177
2.1. Revogação da Constituição pretérita.....	125	3.2. Direito à intimidade.....	177
2.2. Recepção dos diplomas infraconstitucionais	126	3.3. Direito à vida privada	177
3. Repristinação	131	3.4. Direito à honra e à imagem	177
4. Recepção material de normas constitucionais	132	3.5. Outros debates acerca da privacidade e intimidade: Direito ao esquecimento e proteção às mensagens de WhatsApp	178
5. Quadro sinótico	133	3.6. Sigilos pessoais	182
6. Questões.....	134	3.6.1. Sigilo do domicílio	182
6.1. Questões objetivas	134	3.6.2. Sigilo de correspondência.....	184
6.2. Questões discursivas	135	3.6.3. Sigilo de dados	185
Gabarito – questões objetivas	136	3.6.3.1. Dados bancários.....	185
Gabarito – questões discursivas	137	3.6.3.2. Dados fiscais.....	188
CAPÍTULO 4		3.6.3.3. Dados telefônicos.....	189
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	139	3.7. Sigilo das comunicações	189
1. Introdução	139	3.7.1. Sigilo das comunicações telegráficas	189
2. Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos. Distinção entre ‘Direitos’ e ‘Garantias’.	140	3.7.2. Sigilo das comunicações telefônicas	189
3. Gerações de direitos fundamentais.....	142	4. Direito à igualdade	191
4. Características dos direitos fundamentais.....	143	4.1. Introdução	191
5. Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	147	4.2. Princípio da isonomia X ações afirmativas ...	192
6. Destinatários dos direitos fundamentais	148	4.3. Igualdade entre homens e mulheres.....	196
7. Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	149	4.4. Igualdade e identidade de gênero.....	196
8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal)	150	4.5. Aplicação do princípio da isonomia nos critérios de admissão em concurso público.....	199
9. Colisão de direitos fundamentais	152	4.6. Proteção à pessoa com deficiência e critérios de admissão em concurso público.....	201
10. Limites dos Direitos Fundamentais – Teoria Externa e Interna.....	154	5. Direito à liberdade.....	203
11. Direitos Fundamentais: limites dos limites.....	156	5.1. Introdução	203
12. Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	157	5.2. Liberdade de ação	204
13. Classificação dos direitos fundamentais	160	5.3. Liberdade de pensamento e manifestação	205
		5.4. Liberdade de consciência, crença e culto ..	207
		5.5. Liberdade de profissão	215
		5.6. Liberdade de locomoção	216
		5.7. Liberdade de reunião	218
		5.8. Liberdade de associação.....	220

6.	Direito à propriedade	221	CAPÍTULO 6	
6.1.	Introdução	221	DIREITOS SOCIAIS.....	261
6.2.	Função social da propriedade	222	1.	Introdução
6.3.	Limitações ao direito de propriedade	223	2.	Notícias históricas.....
6.3.1.	Desapropriação.....	224	3.	Finalidade
6.3.2.	Requisição	225	4.	Sujeito passivo dos direitos sociais.....
6.3.3.	Expropriação ou confisco.....	226	5.	Classificação dos direitos sociais
6.3.4.	Usucapião	227	6.	Reserva do possível
7.	Direito à propriedade intelectual	227	6.1.	Introdução
8.	Direito à propriedade industrial	227	6.2.	Notícias históricas.....
9.	Direito à herança e sucessão	227	6.3.	A teoria da “reserva do possível” no direito pátrio.....
10.	Defesa do consumidor	228	7.	Mínimo existencial.....
11.	Direito genérico à informação	228	8.	Judicialização do direito à saúde
12.	Direito de petição e direito à obtenção de certidões	228	9.	Vedação do retrocesso
13.	Inafastabilidade do judiciário	228	10.	Quadro sinótico
14.	Limitação a retroatividade da lei	229	11.	Questões.....
15.	Juiz natural.....	230	11.1.	Questões objetivas
16.	Tribunal do júri.....	231		Gabarito – questões objetivas
17.	Legalidade penal e irretroatividade da lei penal... ..	232	CAPÍTULO 7	
18.	Práticas discriminatórias e crimes inafiançáveis... ..	232	DIREITO DE NACIONALIDADE.....	287
19.	Intranscendência da pena	234	1.	Introdução
20.	Individualização da pena	234	1.1.	Conceitos relacionados à matéria
21.	Vedação de penas.....	235	2.	Espécies de nacionalidade
22.	Direitos assegurados aos presos.....	235	2.1.	Nacionalidade primária
23.	Extradição (brasileiro nato e naturalizado).....	237	2.1.1.	Critérios de atribuição
24.	Extradição (estrangeiro).....	237	2.1.2.	Hipóteses de aquisição
25.	Juiz natural.....	237	2.2.	Nacionalidade secundária (ou adquirida)... ..
26.	Devido processo legal.....	237	2.3.	Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação).....
27.	Contraditório e ampla defesa	238	3.	Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados
28.	Provas ilícitas	238	4.	Extradição
29.	Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade	239	5.	Perda do direito de nacionalidade.....
30.	Identificação criminal	241	6.	Art. 13, CF/88.....
31.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	241	7.	Quadro sinótico
32.	Publicidade dos atos processuais	241	8.	Questões.....
33.	Prisão civil por dívida.....	241	8.1.	Questões objetivas
34.	<i>Habeas corpus</i>	242	8.2.	Questão discursiva.....
35.	Mandado de segurança	242		Gabarito – questões objetivas
36.	Mandado de segurança coletivo.....	242	CAPÍTULO 8	
37.	Mandado de injunção.....	242	DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	325
38.	<i>Habeas data</i>	242	1.	Introdução
39.	Ação popular	243	2.	Conceito.....
40.	Assistência jurídica estatal	243	3.	Classificação dos direitos políticos.....
41.	Erro judiciário	243	4.	Direitos políticos positivos.....
42.	Gratuidade.....	243	4.1.	Soberania popular
43.	Isenção de custas e despesas judiciais	243	4.1.1.	Direito de sufrágio
44.	Direito à razoável duração do processo	243	4.1.2.	Direito de voto e escrutínio
45.	Proteção geral de dados	244	4.1.3.	Ação popular.....
46.	Quadro sinótico	245	4.1.4.	Iniciativa popular de leis
47.	Questões.....	256	4.1.5.	Plebiscito e referendo
47.1.	Questões objetivas	256		
	Gabarito – questões objetivas	257		

4.1.6. Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa	332	em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência	385
4.1.7. Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva	334	3. Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009)	387
5. Direitos políticos negativos	337	3.1. Introdução	387
5.1. Introdução	337	3.2. Cabimento	387
5.2. Perda de direitos políticos	337	3.3. Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual	388
5.3. Suspensão de direitos políticos	337	3.4. Competência	389
6. Inelegibilidades	340	3.5. Legitimidade ativa e passiva	391
6.1. Introdução	340	3.6. Procedimento	392
6.2. Classificação	341	3.7. Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança	392
6.3. Inelegibilidade absoluta	342	3.8. Efeitos da decisão e recursos	393
6.4. Inelegibilidades relativas	342	3.9. Prazo para impetração do mandado de segurança	395
7. Ação de impugnação de mandato eletivo	351	4. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF/88)	396
8. Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral	352	4.1. Introdução	396
9. Partidos Políticos	354	4.2. Hipóteses de cabimento	397
9.1. Introdução	354	4.3. Legitimidade ativa e passiva	397
9.2. Conceito	354	4.4. Competência	398
9.3. Notícias históricas	354	4.5. Procedimento	398
9.4. Natureza jurídica e requisitos para criação	355	4.6. Efeitos da decisão	399
9.5. Liberdade e autonomia partidária	357	4.7. Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança	399
9.6. Fidelidade partidária	360	5. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88 e Lei nº 13.300/2016)	401
9.7. Financiamento dos Partidos	362	5.1. Notícias históricas e conceito	401
9.8. Participação política das mulheres	363	5.2. Requisitos para o cabimento	402
10. Quadro sinótico	365	5.3. Legitimidade ativa e passiva	404
11. Questões	369	5.4. Competência	406
11.1. Questões objetivas	369	5.5. Procedimento	406
11.2. Questão discursiva	371	5.6. Decisão e recursos cabíveis	407
Gabarito – questões objetivas	371	5.7. O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção	408
Gabarito – questão discursiva	373	6. Habeas data (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997)	411
CAPÍTULO 9		6.1. Introdução	411
AÇÕES CONSTITUCIONAIS		6.2. Cabimento	412
375		6.3. Legitimidade ativa e passiva	413
1. Remédios constitucionais de natureza administrativa (não jurisdicional)	375	6.4. Competência	414
1.1. Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965	375	6.5. Procedimento	416
1.2. Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995) ...	376	6.6. Decisão	417
2. Habeas corpus (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88)	376	7. Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965)	418
2.1. Introdução	376	7.1. Introdução	418
2.2. Legitimidade	377	7.2. Conceito	418
2.3. Espécies	377	7.3. Espécies	418
2.4. Cabimento	378	7.4. Requisitos	419
2.5. Pressuposto lógico e especificidades	380	7.5. Legitimidade ativa e passiva	420
2.6. Competência	382	7.6. Competência	421
2.7. Procedimento	384	7.7. Procedimento	422
2.8. Sistema recursal	384		
2.9. Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos	385		
2.10. Do cabimento do Habeas Corpus Coletivo – o caso da substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas,			

7.8. Decisão na ação popular	422	8.5. Competências dos Estados-membros	491
8. Quadro sinótico	423	8.6. Competências dos Municípios.....	493
9. Questões.....	432	8.7. Competências do Distrito Federal	499
9.1. Questões objetivas	432	9. Quadro sinótico	500
9.2. Questões discursivas	433	10. Questões.....	505
Gabarito – questões objetivas	434	10.1. Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado	505
Gabarito – questões discursivas	436	Gabarito – questões objetivas	507
CAPÍTULO 10		10.2. Questões objetivas – Repartição constitucional de competências.....	509
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO		Gabarito – questões objetivas	510
439		10.3. Questão discursiva.....	513
1. Introdução	439	Gabarito – questão discursiva.....	513
2. Forma de Estado	439	CAPÍTULO 11	
3. Tipologias de formas de Estado	439	INTERVENÇÃO	515
3.1. Estado unitário	439	1. Introdução	515
3.2. Estado federado	440	2. Conceito.....	515
3.3. Outras formas de Estado	442	3. Princípios que regem o processo interventivo	516
4. Classificação das federações.....	443	3.1. Princípio da não intervenção (ou da excepcionalidade da medida)	516
4.1. Quanto à origem (ou formação)	444	3.2. Princípio da taxatividade	516
4.2. Quanto à atual concentração de poder.....	444	3.3. Princípio da temporariedade.....	517
4.3. Quanto à repartição de competências	445	4. Espécies de intervenção	517
4.4. Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas.....	445	4.1. Intervenção federal	517
4.5. Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau	446	4.2. Intervenção estadual	523
4.6. O Pensamento do possível no federalismo cooperativo	446	5. Quadro sinótico	525
5. A federação na Constituição da República de 1988.....	448	6. Questões.....	527
5.1. Introdução	448	6.1. Questões objetivas	527
5.2. União	448	Gabarito – questões objetivas	529
5.3. Estados-membros.....	449	CAPÍTULO 12	
5.4. Municípios	450	PODER LEGISLATIVO	533
5.5. Distrito Federal	450	1. Introdução	533
5.6. Territórios Federais.....	451	2. Estrutura do Poder Legislativo	535
6. Formação de novos Estados e Municípios.....	453	3. Composição e atribuições das Casas Legislativas .	536
6.1. Introdução	453	3.1. Câmara dos Deputados	536
6.2. Formação de novos Estados	453	3.2. Senado Federal.....	539
6.3. Formação de novos Municípios.....	457	3.3. Quadro comparativo da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	543
7. Vedações constitucionais.....	459	3.4. Assembleias Legislativas.....	543
8. Repartição constitucional de competências	459	3.5. Câmara Legislativa do Distrito Federal	545
8.1. Introdução	459	3.6. Câmaras Municipais	545
8.2. Princípios norteadores	460	4. Funcionamento e direção do Poder Legislativo....	545
8.3. Técnicas de repartição.....	461	4.1. Noções introdutórias.....	545
8.4. Competências da União.....	462	4.2. Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura	546
8.4.1. Materiais exclusivas – art. 21, CF/88.....	462	4.3. Sessões preparatórias e Mesas Diretoras..	548
8.4.2. Legislativas privativas – art. 22, CF/88.....	466	4.4. Sessão conjunta.....	553
8.4.3. Materiais comuns – art. 23, CF/88	482	5. Das Comissões Parlamentares.....	553
8.4.4. Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88.....	483	5.1. Introdução	553
		5.2. Comissão representativa do Congresso Nacional.....	554

CAPÍTULO 13
PROCESSO LEGISLATIVO 649

3.2. Presidencialismo e Parlamentarismo	708	5.1. Introdução	772
3.3. O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	711	5.2. Garantias institucionais	773
3.4. O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras.....	711	5.2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa	773
4. O Poder Executivo na Constituição da República de 1988.....	712	5.2.2. Garantias de autonomia financeira	775
5. Eleição, sistemas eleitorais e mandato do Presidente da República	716	5.3. Garantias funcionais (ou de órgãos).....	775
6. Posse.....	721	5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários	776
7. Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância	722	5.3.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários	778
8. Licença	726	6. Conselho Nacional de Justiça.....	780
9. Atribuições do Presidente da República	727	6.1. Aspectos introdutórios	780
10. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos.....	729	6.2. Regras referentes à composição.....	780
10.1. Introdução	729	6.3. Competências do Conselho	782
10.2. Conselho da República	729	6.4. Controle judicial da atuação do CNJ	784
10.3. Conselho de Defesa Nacional	730	6.5. A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	786
11. Imunidades.....	731	7. Súmulas Vinculantes.....	786
11.1. Imunidades do Presidente da República ...	731	7.1. Introdução	786
11.2. Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos.....	734	7.2. Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio	786
12. Responsabilidade do Presidente da República	736	7.3. Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura.	788
12.1. Introdução	736	7.3.1. Previsão constitucional, legal e finalidade	788
12.2. Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados	737	7.3.2. Competência exclusiva.....	788
12.3. Crimes comuns	740	7.3.3. Pressupostos (requisitos constitucionais).....	788
12.4. Crimes de responsabilidade	741	7.3.4. Objeto	789
13. Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.....	746	7.3.5. Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante ...	789
14. Conclusões finais sobre a perda do mandato.....	750	7.3.6. Aspectos procedimentais.....	791
15. Quadro sinótico	750	7.3.7. O efeito vinculante.....	791
16. Questões.....	754	7.3.8. Cabimento da reclamação	792
16.1. Questões objetivas	754	8. Arquitetura do Poder Judiciário.....	792
Gabarito – questões objetivas	756	8.1. Introdução	792
CAPÍTULO 15		8.2. Órgãos de convergência	792
PODER JUDICIÁRIO.....	761	8.3. Órgãos de superposição	793
1. Introdução	761	8.4. Justiça comum	793
2. Órgãos do Poder Judiciário.....	763	8.5. Justiça especial.....	793
2.1. Organograma do Poder Judiciário	763	9. O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88)	794
2.2. Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário	765	9.1. Introdução	794
2.3. Padrão de idade como requisito de ingresso	765	9.2. Composição.....	794
2.4. Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse	766	9.3. Atribuições	796
3. Princípios de observância obrigatória no estatuto da magistratura.....	766	9.3.1. Primeiras palavras.....	796
4. A regra do quinto constitucional	770	9.3.2. Inciso I – Competências originárias	799
4.1. O quinto constitucional e o “pensamento do possível”	771	9.3.3. Inciso II – Competência recursal ordinária.....	812
5. Garantias do Poder Judiciário.....	772	9.3.4. Inciso III – Competência recursal extraordinária	812

10. Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88)	816	4.3. A inviolabilidade do advogado	876
10.1. Introdução	816	4.4. Direitos do advogado	877
10.2. Composição	816	5. Defensoria Pública	878
10.3. Competências	818	5.1. Introdução	878
10.4. Competências comparadas	820	5.2. Notícias históricas	878
11. Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88)	822	5.3. Arquitetura e organização da Defensoria Pública	881
12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88)	824	5.4. Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública	884
13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88)	827	5.5. Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública	886
14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88)	829	5.6. Legitimidade para a propositura de ação civil pública	887
15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88)	833	6. Quadro comparativo	887
16. Quadro sinótico	834	7. Quadro sinótico	888
17. Questões	841	8. Questões	893
17.1. Questões objetivas	841	8.1. Questões objetivas	893
17.2. Questão discursiva	843	Gabarito – questões objetivas	895
Gabarito – questões objetivas	843		
Gabarito – questão discursiva	846		

CAPÍTULO 16

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 847

1. Introdução	847
2. Ministério Público	847
2.1. Introdução	847
2.2. Natureza	848
2.3. Princípios institucionais	849
2.4. Ingresso na carreira	851
2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público	852
2.6. Organização e composição do Ministério Público	857
2.7. Procurador-Geral da República	858
2.8. Procurador-Geral de Justiça	861
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público ..	862
2.10. Funções Institucionais do Ministério Público	864
2.10.1. Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos”	866
2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas	868
3. Advocacia pública	868
3.1. Introdução	868
3.2. Organização da Advocacia-Geral da União ..	869
3.3. O Advogado-Geral da União	870
3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	871
3.5. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos	874
4. Advocacia privada	875
4.1. Introdução	875
4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade	875

CAPÍTULO 17

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 899

1. Introdução	899
2. Tipologia da inconstitucionalidade	900
2.1. Introdução	900
3. Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade	906
4. Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade	906
4.1. Introdução	906
4.2. Quanto à natureza do órgão	907
4.3. Quanto ao momento do controle	907
4.4. A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro	908
4.5. Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle	912
4.6. Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle	913
5. Controle difuso de constitucionalidade	914
5.1. Introdução	914
5.2. Primeiras palavras	914
5.3. O Controle difuso nos Tribunais	916
5.4. Efeitos da decisão	918
5.4.1. Introdução	918
5.4.2. Efeitos quanto ao aspecto temporal	919
5.4.3. Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	920
5.5. A atuação do Senado Federal no controle difuso	921
5.6. A abstrativização (ou objetivação) do controle difuso	921
5.7. Tipos de ações no controle difuso	923
5.7.1. Introdução	923
5.7.2. O controle difuso e a ação civil pública	923

6.	Controle concentrado.....	924	2.	Competência.....	992
6.1.	Introdução.....	924	3.	Objeto.....	992
6.2.	Controle concentrado no Brasil.....	925	4.	Parâmetro.....	993
6.3.	Ação direta de inconstitucionalidade.....	926	4.1.	Introdução.....	993
6.3.1.	Introdução.....	926	4.2.	Constituição Estadual como parâmetro	993
6.3.2.	Legitimidade ativa.....	926	4.3.	Constituição Federal como parâmetro.....	994
6.3.3.	Parâmetro e objeto.....	932	5.	Legitimação.....	995
6.3.4.	Procedimento.....	939	6.	Ações possíveis em âmbito estadual.....	997
6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade.....	943	7.	Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça.....	997
6.3.6.	Amicus curiae.....	945	8.	Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade.....	999
6.3.7.	Medida cautelar.....	948	9.	Quadro sinótico.....	1001
6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas.....	950	10.	Questões.....	1003
6.3.9.	Técnicas de decisão.....	956	10.1.	Questões objetivas.....	1003
6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	959		Gabarito – questões objetivas.....	1004
6.4.1.	Introdução.....	959			
6.4.2.	Legitimidade ativa.....	959			
6.4.3.	Parâmetro e objeto.....	960			
6.4.4.	Competência.....	960			
6.4.5.	Aspectos procedimentais.....	960			
6.4.6.	Medida cautelar na ADC.....	962			
6.4.7.	Decisão definitiva.....	962			
6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	963			
6.5.1.	Introdução.....	963			
6.5.2.	Objeto.....	964			
6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	964			
6.5.4.	Procedimento.....	965			
6.5.5.	Medida liminar.....	965			
6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	966			
6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	967			
6.6.1.	Introdução.....	967			
6.6.2.	Legitimidade ativa.....	967			
6.6.3.	Parâmetro.....	967			
6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto.....	968			
6.6.5.	Espécies de ADPF.....	970			
6.6.6.	Medida cautelar na ADPF.....	973			
6.6.7.	Decisão definitiva.....	974			
6.6.8.	Viabilidade de acordo no âmbito da ADPF.....	974			
7.	Quadro sinótico.....	975			
8.	Questões.....	985			
8.1.	Questões objetivas.....	985			
8.2.	Questão discursiva.....	987			
	Gabarito – questões objetivas.....	987			
	Gabarito – questão discursiva.....	990			

CAPÍTULO 18

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS.....

1.	Introdução.....	991
----	-----------------	-----

CAPÍTULO 19

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....

1.	Introdução.....	1011
2.	Da defesa das instituições democráticas.....	1012
3.	Estado de Defesa.....	1013
3.1.	Introdução.....	1013
3.2.	Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1014
3.3.	Titularidade.....	1014
3.4.	Requisitos (condições de forma).....	1014
3.5.	Procedimento.....	1014
3.6.	Medidas coercitivas.....	1015
3.7.	Controle.....	1015
4.	Estado de Sítio.....	1017
4.1.	Introdução.....	1017
4.2.	Hipóteses de decretação.....	1017
4.3.	Titularidade.....	1017
4.4.	Requisitos.....	1017
4.5.	Procedimento e prazo.....	1018
4.6.	Restrições de Direitos.....	1018
4.7.	Controle.....	1019
5.	Forças Armadas.....	1020
5.1.	Introdução.....	1020
5.2.	Missões constitucionais das Forças Armadas.....	1020
5.3.	Características.....	1023
6.	Segurança Pública.....	1027
6.1.	Órgãos de segurança pública.....	1030
6.2.	Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União.....	1030
6.3.	Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados.....	1031
6.4.	A segurança pública no Distrito Federal....	1032
6.5.	A segurança pública nos Municípios.....	1033

6.6.	A segurança pública nos Territórios Federais	1034
6.7.	Direito de greve e carreiras de segurança pública	1035
7.	Quadro sinótico	1036
8.	Questões	1040
8.1.	Questões objetivas	1040
	Gabarito – questões objetivas	1042

CAPÍTULO 20

ORDEM ECONÔMICA..... 1045

1.	Introdução	1045
2.	Princípios gerais da ordem econômica	1046
3.	Análise dos artigos 171 a 192 da Constituição	1053
3.1.	Art. 171	1053
3.2.	Art. 172	1053
3.3.	Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico	1053
3.4.	Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico	1057
3.5.	Arts. 182 e 183: política urbana	1057
3.6.	Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária	1059
3.7.	Art. 192: sistema financeiro nacional	1060
4.	Quadro sinótico	1061
5.	Questões	1063
5.1.	Questões objetivas	1063
	Gabarito – questões objetivas	1065

CAPÍTULO 21

ORDEM SOCIAL..... 1071

1.	Introdução	1071
2.	Da seguridade social	1072
2.1.	Notícias históricas	1072
2.2.	Definição	1073
2.3.	Financiamento	1073
2.4.	Objetivos	1073
2.5.	Saúde	1074
2.6.	Previdência Social	1080
2.7.	Assistência Social	1081
3.	Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217, CF/88)	1082
4.	Da ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-b, CF/88)	1092
5.	Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88) ...	1093
6.	Do meio ambiente	1095
7.	Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	1098
8.	Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88)	1103
9.	Quadro sinótico	1105
10.	Questões	1107
10.1.	Questões objetivas	1107
10.2.	Questões discursivas	1109
	Gabarito – questões objetivas	1110
	Gabarito – questões discursivas	1112

BIBLIOGRAFIA..... 1115